

EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E INTERCULTURALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Projeto de Financiamento ¹
Felipe Souza Bonfim ²
Letícia Rodrigues da Anunciação ³
José Valdir Jesus de Santana ⁴

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como *objetivo geral* relatar as experiências de dois projetos de iniciação científica que versam sobre as legislações que tornam obrigatório o ensino das histórias e culturas indígenas e afro-brasileira na educação básica. Intitulados “O Ensino de Sociologia no Ensino Médio e a Implementação da Lei 10.639/03: um estudo bibliográfico” e “O Ensino das Histórias e Culturas Indígenas na Educação Básica e a Lei 11.645/08: o estado da arte entre 2015 e 2020”, esses trabalhos consistem na identificação e análise de pesquisas que tem como objeto de estudo a implementação das leis em questão, a partir de diferentes perspectivas e recortes. Os *objetivos específicos* deste artigo consistem em expressar as similaridades e divergências encontradas durante o processo de elaboração dos projetos.

Através do projeto de pesquisa “Educação, relações étnico-raciais e interculturalidades da Educação Básica”, realizada com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), com orientação do Prof. Dr. José Valdir Santana de Jesus, foi possível obter alguns resultados pertinentes para construção deste artigo.

Desta forma, ao referir o primeiro projeto com enfoque da lei de 2003, os resultados obtidos através da pesquisa bibliográfica pela plataforma CAPES deram-se na baixa produção

1 Projeto financiado através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB);

2 Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), branco, homem, residente de Vitória da Conquista/BA, 201920096@uesb.edu.br;

3 Graduanda do Curso Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), parda, mulher, residente de Vitória da Conquista/BA, 201920595@uesb.edu.br;

4 Professor titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), nos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais e nos Programas de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade e Programa de Pós-Graduação em Ensino, **Identidade étnico-racial**, homem, residente de Vitória da Conquista/BA, jsantana@uesb.edu.br.

acadêmica de obras que contemplem a temática específica da pesquisa. Já ao se tratar do segundo projeto que compreendeu a implementação da Lei 11.645/2008, verificou que existe uma variedade de estudos acadêmicos sobre o ensino de histórias e culturas indígenas na Educação de maneira geral.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa é do tipo bibliográfica e qualitativa, tendo como fonte dos documentos o banco de dados da CAPES. Desta forma, foi realizado um levantamento de dissertações, artigos e teses em espaços de tempo diferentes através de vários descritores, com marco temporal do ano do sancionamento da primeira lei em 2003 até o ano de 2021.

No primeiro projeto com enfoque da lei 10.639/2003, foi analisado qual região há mais publicações de obras relacionadas a temática da sociologia e a referida lei e qual subtemas estão sendo mais prestigiados pelos teóricos. Através do Estado do Conhecimento, culminou-se na leitura de 12 (doze) obras escolhidas para entender como essas pesquisas estão sendo feitas. Foi percebido também a frequência de outros termos nos títulos de outras obras como “permanência”, “capacitação de professoras/es” e “dificuldades”, observando ainda, mesmo quase duas décadas de funcionamento da lei 10.639/2003 os conflitos existentes no que tange a aplicação da mesma.

No segundo projeto com foco na Lei 11.645/2008, foi construído um material teórico com foco nas histórias e culturas indígenas, que conta com 61 trabalhos encontrados presentes nos domínios digitais da CAPES, sendo 1 resenha, 28 artigos, 29 dissertações e 3 teses. Dessa forma, o propósito foi identificar os limites e dificuldades que se colocam no caminho da implementação da Lei 11.645/2008 através das produções selecionadas. As pesquisas apontam para tensões e dificuldades no processo de implementação da referida lei, que resultam, dentre outras coisas, da falta de conhecimento acerca das populações indígenas em nosso país e da propagação de estereótipos em relação a esses coletivos que continuam, infelizmente, sendo reproduzidos no espaço escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos, percebe-se a importância da pesquisa no que tange a temática de ensino de sociologia e a Lei 10.639/2003, visto que ainda há poucos estudos direcionados à ambos temas, justamente pela a perseguição político-ideológica que esses dois campos apresentam ao poder hegemônico. Desta forma, analisar a aplicabilidade, ou a falta

dela, da Lei 10.639/2003 oferece dados para observação e criação de políticas públicas necessárias para o funcionamento legal das ações afirmativas dentro do ensino básico.

Já ao tratar sobre a Lei 11.645/2008, com base nos resultados alcançados, notou-se que a produção científica sobre as questões que envolvem a referida lei é de extremo valor para estudo, não só da efetivação da legislação brasileira, como também do debate sobre como está acontecendo a inserção e presença da pauta das relações étnico-raciais no país dentro do contexto de formação escolar.

Além disso, o projeto de pesquisa, “Educação, relações étnico-raciais e interculturalidades da Educação Básica”, dará continuidade às atividades iniciadas pelos subprojetos financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), dando ênfase no próximo passo à aplicação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 em duas escolas estaduais na cidade de Vitória da Conquista/BA.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, pela oportunidade de atuar como pesquisadores através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Programa de Iniciação Científica – PIBIC, ao nosso orientador Prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana pela colaboração e confiança. E também à nossa família e amigos que se fazem presentes em nossa trajetória.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO/DF. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** 23001.000215/2002-96 CNE/CP 3/2004, aprovado em 10/3/2004 Proc. 23001000215/2002-96.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** 2007. [versão digital]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Acesso em 20 de fev de 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação/** Nilma Lino Gomes - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama: População.** Vitória da Conquista, BA. IBGE, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>>. Acesso em 02 de nov de 2022.

MONTEIRO, John Manuel. As "Raças" Indígenas no pensamento Brasileiro do Império. In: In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 15-22.

PNUD, Ipea e FJP. **População por sexo e cor no município - Vitória da Conquista/BA - 2017.** Estimativa populacional FJP (2017). Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/293330>>. Acesso em 25 de nov de 2022.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei Nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: **Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03** / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para todos). p. 21-34.

SOUZA, Gleice Keli Barbosa. **“Os esquecidos da História” e a Lei 1.645/08: continuidades ou rupturas? Uma análise sobre a representação dos povos indígenas do Brasil em livros didáticos de História.** 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

